

Relatório da Administração			
Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA submeteu à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Recife, 21 de março de 2016. A Administração.			
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	15.436	66.176
Contas a receber de clientes	5	39.433	221.841
Estoque	6	22.917	22.273
Impostos a recuperar	7	39	28.332
Outras contas a receber	8	5.017	17.007
Total do ativo circulante		82.842	355.629
Não circulante			
Outras contas a receber	8	11.476	10.684
Impostos a recuperar - diferido	7	52.082	2.350
Partes relacionadas - empréstimos e coligadas	18	7.858	284
Imobilizado	9	209.675	179.177
Intangível	10	114	143
Diferido	10	7.965	10.296
Total do ativo não circulante		289.170	202.934
Total do ativo		372.012	558.563
Passivo	Nota	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	11	14.355	47.620
Empréstimos	12	1.474	1.522
Debêntures	13	12.058	14.250
Impostos e contribuições - corrente	14	9.423	36.815
Outras contas a pagar	15	16.321	12.170
Total do passivo circulante		53.631	112.577
Não circulante			
Empréstimos	12	796	2.082
Provisão para contingência	16	6.911	6.911
Debêntures	13	96.462	109.615
Impostos e contribuições - corrente	14	240	240
Impostos e contribuições - diferido	14	13.276	10.297
Partes relacionadas - empréstimos de coligadas	18	34	34
Total do passivo não circulante		117.719	129.179
Patrimônio líquido			
Capital social		31.310	31.310
Reservas de lucros		169.352	285.497
Total do patrimônio líquido		200.662	316.807
Total do passivo e patrimônio líquido		372.012	558.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)				
	Nota	2015	2014	
Receita	19	829.122	1.082.196	
Custo dos serviços prestados	20	(593.765)	(665.920)	
Lucro bruto		235.357	416.276	
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	21	(24.494)	(22.571)	
Outras receitas operacionais, líquidas	22	301	1.329	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		211.164	395.034	
Receitas financeiras		7.054	1.648	
Despesas financeiras		(16.471)	(17.621)	
Resultado financeiro líquido	23	(9.417)	(15.973)	
Resultado antes dos tributos		201.748	379.061	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(26.291)	(50.883)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	(2.979)	(5.995)	
Lucro líquido do exercício		172.477	322.183	
Lucro líquido por lote de mil ações (em Reais)		5,51	10,29	
Quantidade de ações por lote em mil ações		31.310	31.310	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reservas de lucros			Total
		Reserva fiscal	Reserva de incentivo	Reserva de retenção de Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	31.310	25.999	6.262	8.013	71.584
Lucro líquido do exercício	-	-	-	322.183	322.183
Destinação do lucro líquido do exercício: Reserva de incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ	-	-	69.800	-	(69.800)
Dividendos pagos - incluindo dividendos obrigatórios (AGE 26/03/2014)	-	-	-	(8.013)	(68.947)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	183.436	(183.436)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	31.310	95.799	6.262	183.436	316.807
Lucro líquido do exercício	-	-	-	172.477	172.477
Destinação do lucro líquido do exercício: Reserva de incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ	-	-	37.231	-	(37.231)
Dividendos pagos incluindo dividendos obrigatórios	-	-	-	(183.435)	(105.187)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	30.059	(30.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	31.310	133.030	6.262	30.060	200.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa de despesas esperadas a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e nos riscos específicos para o passivo. **g. Receita.** As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo os impostos reconhecidos quando as receitas são reconhecidas/cantabilizadas, ou dos custos sobre vendas, quando conhecidos. As receitas são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Sociedade; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. **h. Receitas financeiras e despesas financeiras.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros, ganhos em aplicações financeiras, descontos obtidos em juros sobre empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resíduo líquido em base no método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures, IOF e juros pagos a fornecedores. Custos que não são atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **i. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável incidente de R\$ 240 anualmente, mais imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. **Imposto corrente.** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste nos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. **Imposto diferido.** O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Sociedade espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **J. Subvenções governamentais.** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quando a subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Sociedade possui incentivo fiscal SUDENE com redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração (Nota Explicativa nº 24). **k. Novas operações e provisões a serem adotadas.** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas. Na preparação destas demonstrações financeiras, aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Sociedade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments.** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A Sociedade está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Sociedade está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes).** A IFRS 15 exige uma unidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A Sociedade está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. **Operações de arrendamento mercantil.** Os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A Sociedade está avaliando os impactos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade. **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários a vista	1.682	20.296
Aplicações financeiras:	13.754	45.880
	15.436	66.176

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez. As aplicações financeiras em operações de crédito são realizadas com banco de primeira linha possuem liquidez mediata, taxa de reposição de crédito e remuneração equivalente a 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Clientes faturados (i)	19.769	4.493
Clientes a faturar (ii)	18.269	205.246
Valores em trânsito - conta centralizadora (iii)	434	118
Clientes diversos	1.111	11.988
	39.433	221.841

(i) O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa, e quando da ocorrência de geração de energia em regime de pagamento por energia (PGE) e geração de energia em regime de despacho contínuo e, a partir de abril, passando a gerar em alguns dias da semana e em horário diário, por decisão do Operador Nacional do Sistema Interligado (ONS), em consequência deste fato tendo reconhecido uma receita variável em 2015 no valor bruto de R\$8.251.508 inferior ao valor de 2014 (R\$ 11.100.962 em 2014), em conformidade com a regulamentação do setor (Nota Explicativa nº 19). O recebimento, tanto da receita fixa quanto da variável, ocorre em três vencimentos, e cada um equivalente a um terço do valor nominal, a partir do primeiro dia do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 29 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente. Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente. A Administração da Sociedade entende que é desnecessária a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa dado que não possui histórico de inadimplência das contas a receber e evidências de perdas. (ii) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração e por disponibilidade, que é faturada no mês subsequente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulamentação do setor. (iii) Por força de escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 13), a Sociedade cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Sociedade terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a Sociedade cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do Combustível (Nota Explicativa nº 28).

6 Estoques

	2015	2014
Óleo diesel (i)	15.241	15.822
Óleo lubrificante	165	140
Peças de reposição e manutenção (ii)	54	587
	22.917	22.723

(i) Em decorrência do despacho contínuo do ONS, a Sociedade adquire óleo diesel visando atender plenamente à necessidade de geração de energia, em plena carga, permanecendo com a capacidade total de estocagem de óleo diesel. (ii) A Sociedade mantém em seus estoques peças de reposição necessárias à realocação em operação das máquinas e dos equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Peças de reposição somente são capitalizadas ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem.

7 Impostos a recuperar - corrente e diferido

	2015	2014
PIS e COFINS a recuperar (i)	61	74
IRPJ e CSLL Diferidos (ii)	2.350	2.350
ICMS ST a recuperar (iii)	49.362	27.951
Outros	349	307
	52.122	30.682
Circulante	56	28.332
Não Circulante	52.082	2.350

(i) Os saldos de PIS e COFINS a recuperar referem-se a valores retidos de órgãos públicos e recolhido no mês subsequente ao da retenção; (ii) O saldo remanescente corresponde ao valor dos impostos diferidos relativos ao saldo da provisão para contingências regulatórias (Nota Explicativa nº 16) que deverá ser revertido pelo desembolso de caixa que deve ocorrer nos próximos 60 meses a contar de janeiro de 2013, em conformidade com a regulamentação do setor. A Sociedade optou pela alternativa de comprar lastro, fiscal sem considerar o efeito da retenção de impostos, tendo já efetuado compra de lastro desde 2013, e continuará comprando mensalmente até findar o referido prazo em 2018.

Penalidade por indisponibilidade de energia por ano de competência

	2012	2011	Total
Provisão da penalidade	3.476	3.435	6.911
Provisão de IRPJ e CSLL diferidos:			
IRPJ/CSLL - Alíquota 34%	1.180	1.169	2.350
Reversão em 2016	393	390	783
Reversão em 2017	393	390	783
Reversão em 2018	394	389	784
Total	1.180	1.169	2.350

(iii) Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a Sociedade o incentivo fiscal da isenção desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.676/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há possibilidade de ressarcimento pelo Estado de Pernambuco. A Sociedade não possui crédito de ICMS em 2015 e não circulante. Em conformidade com a Lei 16.565 de 08 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da redução de impostos, tendo já efetuado compra de lastro desde 2013, e continuará comprando mensalmente até findar o referido prazo em 2018.

8 Outras contas a receber

	2015	2014
Aplicação financeira - Reserva do serviço da dívida (i)	7.828	7.043
Depósitos judiciais (ii)	3.648	3.641
Adiantamento a fornecedores (iii)	2.694	144
Despesas antecipadas	195	160
Contas a receber - partes relacionadas	2.074	2.074
Outros	54	587
	16.493	27.691
Circulante	5.017	17.007
Não Circulante	11.476	10.684

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Sociedade precisa manter em conta reserva o equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora mantida na Caixa Econômica Federal. (ii) Os depósitos judiciais referem-se a disputa com o fabricante de equipamentos em virtude de uma reclamação de valores de ICMS-ST, relacionada a não conformidades apuradas em processo de fiscalização, descrito na Nota Explicativa nº 16. (iii) Refere-se a pagamentos adiantados a diversos fornecedores de peças de reposição e serviços de manutenção da Sociedade.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
Lucro líquido do exercício	172.477	322.183	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	172.477	322.183	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	172.477	322.183
Ajustes por:		
Depreciação de imobilizado	13.355	11.874
Amortização de diferido	2.331	2.342
Impostos diferidos	15.165	2.222
Juros provisionados	15.165	17.655
Baixa do imobilizado	203.328	356.493

Variações patrimoniais (Aumento) redução nos ativos circulante e não circulantes contas a receber de clientes 182.408 (200.897) Estoques (644) (13.807) Impostos a recuperar (21.440) (11.340) Outras contas a receber 11.199 (10.534)

Aumento (redução) nos passivos circulante e não circulantes Fornecedores (33.265) 47.803 Impostos e contribuições (24.413) 35.659 Outras contas a pagar 3.963 6.172

Fluxo de caixa oriundo das atividades operacionais 321.126 209.546

Fluxo de caixa das atividades de investimentos Adições de imobilizado (43.820) (19.354)

Caixa líquido usado nas atividades de investimentos (43.820) (19.354)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento Captação de recursos: Empréstimos bancário (7.574) 60.389 Empréstimos mútuos (1.474) 4.387 Amortizações (14.250) (13.154) Juros debêntures (16.094) (13.658) Principal empréstimos bancários (1.299) (76.001) Juros empréstimos bancários (207) (2.334) Pagamento de dividendos (288.622) (84.291)

Caixa líquido usado nas atividades de financiamento (328.046) (124.662)

Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa (50.740) 65.530

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro 66.176 646

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro 15.436 66.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9 Imobilizado.

a. Composição

	Taxas anuais de depreciação (%)	2015			2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	3,33a10	177.366	(41.746)	135.620	145.549	(33.967)	111.582
Edificações	4a10	81.209	(30.892)	50.317	80.422	(26.014)	54.408
Móveis e utensílios	10	2.261	(1.230)	1.032	2.002		

minhados para ANEEL para a Sociedade fazer a destinação (passivo atualizado mensalmente por juros SELIC), além da parcela de dezembro de 2015 a ser recolhida no 5º dia útil do segundo mês subsequente para o FNDCT e o MME. **16 Provisões para contingência. Obrigações contratuais - Regulatórias.** Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008, o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam de operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram de ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos), conforme regulamento do setor, além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia visando a extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, refez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476. Assim, a Sociedade tem registrado em 31 de dezembro de 2015 uma provisão total de R\$ 6.911 para contingência das indisponibilidades acima referidas, conforme abaixo:

	2015	2014
Indisponibilidade de energia		
Competência 2011	3.435	3.435
Competência 2012	3.476	3.476
	6.911	6.911

Devido às grandes oscilações ocorridas em 2015 no Preço de Liquidação de Diferença (PLD), e para 2016, em função da recuperação dos reservatórios das UHEs, o PLD médio estimado para o ano aproximou-se do preço utilizado para cálculo das penalidades, a Sociedade decidiu manter os valores provisionados das penalidades ocorridas em 2011 e 2012, para se fazer a respectiva reversão nas referidas provisões, em função do sistema de liquidação financeira da CCEE nos meses faltantes para cumprimento das referidas penalidades no prazo de 60 meses. **Tributárias.** As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Entretanto, não existe contra a Sociedade nenhuma indicação de contingências relacionadas com o imposto de renda e outros tributos. **Cíveis.** A Sociedade é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 11), que foram sustados sob a alegação de que (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo aguarda audiência de instrução. Além do valor das notas fiscais emitidas, que estão registradas contabilmente, o fornecedor também exige multas e juros pelo atraso desses pagamentos, no valor de R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2013, que não está reconhecido contabilmente, uma vez que a expectativa de perda é considerada possível. O risco máximo desse processo em andamento é R\$ 15.390, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. A Sociedade, em função dessa discussão, entrou com processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor, com valor atualizado da causa de R\$ 83.607, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. Em dezembro de 2014, foi julgado procedente, em favor da autora EPESA, em primeira instância a medida cautelar e a ação Ordinária Declaratória de Inexigibilidade de Títulos acumulada com pedido de indenização por danos materiais, declarando nulos os títulos apontados para protestos mencionados na Medida Cautelar e na Ação Ordinária, condenando ainda a Ré a indenizar a parte Autora pelos danos materiais causados no período em que a Autora deixou de iniciar suas atividades operacionais em decorrência do atraso na entrega dos equipamentos por parte da Ré, bem como a importância despendida pela Autora, decorrente de dívidas contraídas por força da perda da receita, sendo esta também originada pelo atraso relativo ao início de suas atividades operacionais. Tendo em vista a decisão de primeira instância, a Areva interpôs Recurso de Apelação. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto. **Trabalhistas.** A Sociedade é parte passiva de 26 processos trabalhistas nos quais os seus consultores jurídicos acreditam que a chance de êxito seja possível. O valor do risco estimado é R\$ 825 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 775 em 2014).

17 Patrimônio líquido. Capital social
O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é R\$ 31.310, representado por 31.310.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 (um real).

	Capital social	%
Eleticidade do Brasil S.A. - EBRASIL	29.744	95,00
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	1.566	5,00
	31.310	100,00

Reserva legal. Em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, essa reserva montava a R\$ 6.262, quando atingiu o limite de 20% do capital social. **Remuneração aos acionistas.** O Estatuto Social da Sociedade foi alterado em 2013, permitindo em seu art. 35 (iii) que o saldo remanescente, após apropriação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, possa ser distribuído integralmente aos acionistas mediante deliberação em AGO/E. Em 2015, a Sociedade pagou dividendos apurados em 2014 da conta de Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 183.436 deliberados na AGO/E de 31 de março de 2015. A Sociedade também distribuiu em 2015 dividendos apurados no exercício de 2015 no valor de R\$ 105.187, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 34.556 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2015, a ser referendada na AGO de aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015. Em função da antecipação de dividendos ocorrida em 2015, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 33.038 mantidos na conta de Reservas de retenção de lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento. **18 Partes relacionadas.** As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos da Sociedade.

	Ativos	Passivos	Resultado
	2015	2014	2015
Vigus Engenharia Ltda. (i)		(34)	
ENORTE (ii)	7.858	284	-
EBRASIL S.A. (ii)	2.074	2.074	628
	9.932	2.358	(34)
			(34)
			628
			174

(i) Refere-se a transação com empresa ligada que foi utilizada para a realização da construção civil das usinas (basicamente folha de salário e encargos trabalhistas). (ii) Refere-se a empréstimos para capital de giro.

	2015	2014
Receita de disponibilidade de energia elétrica	101.085	93.937
Receita de venda de energia elétrica	821.508	1.110.962
Deduções da receita	(93.471)	(122.703)
	829.122	1.082.196

A Sociedade reconheceu receitas variáveis, uma vez que houve despacho pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano, com exceção do mês de setembro de 2015. A Geração Bruta Média anual de 2015 foi de 100,67 MW médio de potência, em atendimento pleno a despacho do ONS, com destaque para os meses de Fevereiro e Março onde operamos durante todos os dias do mês. A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre

a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS. Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D de R\$ 8.154 (R\$ 10.931 em 2014) relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 15).

	2015	2014
Óleo diesel (i)	(499.066)	(633.168)
TUST (ii)	(12.519)	(11.015)
Depreciação	(12.787)	(11.503)
Amortização do diferido	(2.331)	(2.331)
Recomposição do sistema (iii)	(11.808)	(29.219)
Mão de obra direta	(16.750)	(12.296)
Serviços e outros	(58.273)	(39.157)
	20.219	72.769
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE (iv)	(593.765)	(665.920)

(i) A Sociedade adquiriu óleo diesel para cumprir com o despacho contínuo do ONS que, devido ao agravamento da crise energética, as usinas passaram a gerar em plena carga em alguns meses de 2015 (Nota Explicativa nº 1). (ii) O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e dos componentes da rede básica, conforme definido em Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia. (iii) A compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5/230 KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Essas perdas são o somatório das perdas internas das usinas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo, cujo valor é recuperável em aproximadamente 45 dias através do Sistema de Liquidação Financeira da CCEE, sendo contabilizado como redução de custos. Nesse custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente à indisponibilidade ocorrida em 2011 e 2012 (Nota Explicativa nº 22). (iv) Trata-se de resultados de liquidação financeira do sistema de contabilização e liquidação ocorrido mensalmente no âmbito da CCEE, decorrente de contratos de compra e venda de energia entre os agentes do setor, com débito ou crédito realizado em conta corrente no banco gestor decorrentes de acertos de encargos setorial.

	2015	2014
Serviços contratados (i)	(3.928)	(6.357)
Pessoal administrativo (ii)	(11.696)	(8.569)
Taxas de fiscalização ANEEL	(485)	(512)
Depreciação	(568)	(381)
Telefonia e serviços apoio	(200)	(232)
Outros, incluindo multas contratuais	(7.618)	(6.520)
	(24.494)	(22.571)

(i) Serviços contratados especialmente no escritório central da Sociedade, em Recife-PE. (ii) Corresponde à mão de obra própria principalmente no escritório central da Sociedade, onde está localizado o centro de serviços compartilhados do grupo. O volume de gastos administrativos específicos das usinas não é relevante. O aumento dos gastos reflete as contratações para melhoria dos controles e do ambiente de governança corporativa.

	2015	2014
Indenização de seguros	24	990
Outros	277	339
	301	1.329
	2015	2014

	2015	2014
Juros sobre aplicações financeiras	5.314	1.257
Juros contratos de mútuos	628	192
Descontos obtidos	473	5
Juros e rendimentos	639	194
	7.054	1.648

	2015	2014
Juros sobre debêntures	(12.980)	(13.564)
Juros sobre empréstimos	(381)	(2.128)
Juros e IOF sobre mútuos	-	(17)
Juros e multas pagos a fornecedores	(13)	(211)
Outros	(3.098)	(1.701)
	(16.471)	(17.621)
	(9.417)	(15.973)

	2015	2014
IRPJ	201.747	201.747
CSLL	379.061	379.061
	580.808	580.808

24 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
As alíquotas nominais são 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, porém a Sociedade pode reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito, por estar situada na área incentivada pela SUDENE. A Sociedade obteve o Laudo Constitutivo com a SUDENE em 19 de dezembro de 2012, o qual foi referendado pela Receita Federal do Brasil, conforme Ato Declaratório Executivo nº 142 de 27 de agosto de 2013. Em 2014, foi registrado no resultado Imposto de renda diferido de R\$ 5.348, sendo R\$ 3.552 decorrentes do prejuízo fiscal acumulado que foi totalmente utilizado neste exercício e R\$ 1.796 da diferença de taxa de depreciação dos grupos geradores entre a taxa permitida pelo Imposto de Renda de 10% a.a. e a taxa de 3,33% a.a. registrada contabilmente no exercício. Também, em decorrência da diferença de taxa de depreciação comentada acima, foi registrado no resultado do exercício de 2014 R\$ 647 de CSLL diferido (Notas Explicativas n.º 7 e 14b). Em 2015, foi registrado no resultado, Imposto de Renda Diferido de R\$ 2.191 e Contribuição Social Diferida de R\$ 789, decorrentes da diferença de taxa de depreciação dos grupos geradores, entre a taxa permitida pelo Fisco e a taxa registrada contabilmente no exercício. **25 Instrumentos financeiros.** A Sociedade revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mensurados a valor justo. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo. • Empréstimos para capital de giro - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. • Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Instrumento financeiro	Categoria	2015		2014	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	15.436	15.436	66.176	66.176
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	41.013	41.013	211.931	211.931
Conta reserva de serviços da dívida	Mensurado ao valor justo	11.970	11.970	7.043	7.043
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	14.355	14.355	47.620	47.620
	Mensurado ao custo amortizado				
Empréstimos bancário		2.270	2.270	3.604	3.604
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	108.519	108.519	123.866	123.866

A Administração da Sociedade não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **26 Gerenciamento de riscos.** A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Sociedade é a disponibilidade de usinas para geração de energia termelétrica, reguladas pela ANEEL. O Conselho de Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Sociedade que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: **a. Risco de liquidez:** Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazos, bem como monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	6 meses	06-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures	108.519	6.511	5.547	13.154	26.308	57.000
Empréstimos/Finame	2.270	673	663	784	13	-
	110.789	7.184	6.210	13.938	26.321	57.000

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização de energia, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. A Sociedade também possui R\$ 7.828 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 7.043 em 2014) em conta reserva a serviço da dívida para eventuais problemas de liquidez que possam afetar esses pagamentos aos seus debenturistas, em conformidade com a Escritura de Emissão de Debêntures. **b. Risco taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade é:

	2015	2014
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados - Debêntures (10% a.a. + TR)	108.519	123.866
Finame BNDES (encargo BNDES 1,3% + comissão agente 1,7% a.a.)	2.270	3.604
Juros basicamente pós - fixados		
Empréstimos a receber de mútuos (100% CDI +2,5% a.a.)	7.858	284

Como as receitas de prestação de serviços são ajustadas anualmente pela variação do IPC-A, isso serve como uma proteção natural para a exposição das debêntures à variação da Taxa Referencial (TR). Nos últimos dez anos a variação do IPC-A ficou acima da apresentada pela TR. O Finame tem taxa de juros apenas prefixada. No caso dos instrumentos financeiros pós-fixados, os impactos não são relevantes ao ponto de deteriorar a margem da Sociedade no caso de uma oscilação do CDI, pois somente o valor de R\$ 284 de empréstimos a receber de mútuos tem juros pós-fixados. **c. Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras é:

	2015	2014
Contas a receber de clientes	39.433	221.841

Esse risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, embora as duas maiores distribuidoras de energia contribuam com 27% e 16% do faturamento total. A concentração é atenuada por uma forte estrutura de garantia de pagamento, envolvendo Contratos de Constituição de Garantias com caução de receitas dos sacados suficiente para cobrir 1,5 meses, administradas por um banco gestor de primeira linha, assim como penalidades regulatórias impostas às distribuidoras inadimplentes, que tornam as compras de energia obrigações seniores para as distribuidoras. **d. Risco de aceleração de dívidas:** A Sociedade possui instrumento particular de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. **e. Risco de gerenciamento de capital:** A política da Sociedade prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade também procura diversificar a sua carteira financeira em mais de uma instituição financeira. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. **f. Risco matéria-prima:** E o risco de a Sociedade não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Assim, a Sociedade possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente precíval nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia esse risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora. **27 Cobertura de seguros.** A Sociedade possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de outubro de 2015, a Sociedade contratou apólice de seguro de riscos operacionais com vigência por 12 meses, com valor de cobertura total de R\$ 163.592. Em 18 de junho de 2015 a apólice de seguro de responsabilidade civil com vigência de 12 meses, com valor de cobertura total de R\$ 2.400. Seguros exigidos em nosso contrato de debêntures para cumprimento da obrigação prevista na cláusula 5.1 da escritura de emissão. **28 Compromissos futuros. Fianças bancárias.** A Sociedade possui os seguintes compromissos garantidos por avais (fianças):

Data de abertura	Data do vencimento	Valor	Favorecido	Beneficiário	Objeto
14/09/2015	03/11/2016	2.129	Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	Garantias regulatórias TUST
06/11/2014	06/11/2016	25	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Companhia Hidroelétrica do São Francisco	Cumprimento de obrigações principal e acessória, decorrente de pagamento dos encargos de conexão ao Sistema de Transmissão

Garantias para aquisição de óleo diesel para geração termelétrica - BR Distribuidora. Além de avais e fianças, garantias aos empréstimos e debenturistas, a Sociedade penhorou eventuais contas a receber que advir de receita variável por despacho dos contratos CCEAR em favor da BR Distribuidora como garantia para eventuais aquisições de combustível para geração, referendado na Assembleia Geral dos Debenturistas, realizada 26 de novembro de 2013.

José Roriz Lustosa Cantarelli Junior - Diretor de Suprimentos

Dionon Lustosa Cantarelli Junior - Diretor Presidente
Luiz Alberto Minniti Amoroso - Diretor de Operações
Ricardo Sergio Jansen Monteiro - Contador - CRC-PE 022.327-O-7

Manuel Simões Gondim - Diretor de Controladoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e aos Diretores da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, Recife - PE. Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 24 de março de 2016



KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0-T-CE